

# **Memórias de trabalhadores: uma reflexão sobre lugares de memória**

**Vanessa Silveira de  
Brito<sup>1</sup>**



**Memories of  
workers: a  
reflection on  
places of memory**

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO. E-mail: [vanessabrito482@gmail.com](mailto:vanessabrito482@gmail.com).

## Resumo

O estudo teve como objetivo refletir sobre as memórias de trabalhadores e os lugares de memória, considerando o mundo do trabalho no âmbito da sociedade capitalista e a heterogeneidade da classe trabalhadora no cenário brasileiro. A partir de revisão de literatura, destacamos o estudo acerca das relações de poder e as possibilidades de rebeldia social diante do cenário de crise do trabalho. Argumentamos que tanto museus arquivos e memoriais quanto os espaços coletivos de organização de trabalhadores se constituem como lugares de memória que se configuram como as resistências possíveis. Ademais, possibilitam novos enquadramentos de memória e a transformação do presente através da ressignificação do passado, se constituindo como uma ferramenta importante de transformação social.

**Palavras-chave:** Memória Social; Memória de Trabalhadores; Lugares de Memória.

## Abstract

The study aimed to reflect on the memories of workers and places of memory, considering the world of work within the capitalist society and the heterogeneity of the working class in the Brazilian scenario. Through a review of literature, we point out the importance of studying power relations and the possibilities of social rebelliousness in the work crisis scenario that affects organizations claiming rights of workers, as well as the need to reinvent resistance strategies. We argue that museums, archives and memorials as well as collective spaces of workers' organization are constituted as spaces of remembrance and, mainly, as places of memory. We argue that these places of workers' memories are configured as possible resistances. In addition, they enable new frameworks of memory and the transformation of the present through the resignification of the past and, thus, can constitute an important tool of social transformation.

**Keywords:** Social Memory; Workers' Memory; Places of Memory.

## Introdução

As reconfigurações do mundo do trabalho na sociedade capitalista tem sido tema de pesquisa em diferentes campos de conhecimento, dado o seu caráter interdisciplinar. Especialmente na última década, estas transformações se tornaram mais evidentes e complexas, de maneira a atrair a atenção de diversos estudiosos.

Nosso interesse pela temática do trabalho tem como destaque os movimentos de trabalhadores e as suas formas de resistência no cenário contemporâneo de alijamento de direitos trabalhistas, bem como a constituição de lugares de memória e de recordação. Cabe explicitar que utilizamos o termo ‘trabalhadores’ como categoria teórica de referencial marxista, quer seja, como classe trabalhadora e heterogênea no âmbito da sociedade capitalista.

Nesta perspectiva, temos as seguintes questões: Como podem ser compreendidas as memórias de trabalhadores no cenário contemporâneo de transformações no mundo do trabalho? Há relação entre as memórias de trabalhadores e as formas de resistência? Na atualidade, qual a importância dos lugares de memória?

Para aprofundar estas questões, estruturamos o texto da seguinte maneira: na primeira seção tratamos dos impactos das reconfigurações do mundo do trabalho para os movimentos de trabalhadores – movimentos sociais, organizações sindicais e de classe – na sociedade capitalista, apontando as transformações no contexto global, com destaque para o cenário brasileiro. Utilizamos autores de referencial marxista para explicitar o modo de produção capitalista e as reestruturações produtivas ao longo do tempo. Em seguida, realizamos um breve estudo acerca das forças e relações de poder, apresentando o debate feito por Foucault e Deleuze para discutir sobre as possibilidades de rebeldia social diante do cenário de crise do trabalho que afeta as organizações de reivindicação de direitos dos trabalhadores, bem como a necessidade de reinvenção de estratégias de resistência.

Na segunda seção, utilizando o aporte teórico do campo da memória social, defendemos que a memória de trabalhadores pode ser pensada pelo viés da memória política. Apontamos o papel desempenhado pela construção das memórias de trabalhadores e dos lugares de memória instituídos para compor o argumento de que os lugares de memória não são apenas espaços de recordação, mas podem se

constituir como espaço de ressignificação do passado e de rememoração criativa, se configurando como instrumento de resistência e de transformação social. Posteriormente, apresentamos as considerações finais do artigo.

### **Reconfigurações do Mundo do Trabalho e Estratégias de Resistência**

Para tratar dos impactos das transformações do mundo do trabalho para o movimento de trabalhadores e organizações sindicais no cenário contemporâneo faz-se necessário contextualizar as mudanças ocorridas na sociedade capitalista, especialmente a partir da década de 1980, que inclui os processos de reestruturação produtiva. Tais processos ocorrem no seio do capitalismo que se estrutura e se reinventa a partir de crises com a finalidade de acumular riquezas por meio da contradição capital e trabalho.

Neste sentido, Mandel (1990) fala sobre a crise clássica do capital afirmando tratar-se de crises cíclicas de superprodução, ocorridas a cada momento de expansão do capitalismo e que, em geral, são seguidas de estratégias para uma maior acumulação do capital ou maior exploração da força de trabalho. Contudo, o autor alerta que o ciclo de aumento de consumo com conseqüente criação de empregos e aumento de produção apresenta limites históricos. Por vezes, há um desequilíbrio na relação consumo-produção e o próprio capital cria ciclos de crise que estão relacionadas a crises de superprodução e superacumulação:

Toda crise de superprodução constitui uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado. Aumentando o desemprego, e o medo do desemprego a crise tende a fazer com que os trabalhadores aceitem as reduções (ou estagnações) dos salários reais (...) as perdas de conquistas em matéria de condições de trabalho e de seguridade social (MANDEL, 1990, p. 231).

Aqui, cabe diferenciar o processo descrito acima da crise estrutural do capital que guarda em si o esgotamento das características civilizatórias e evidencia a existência de falhas no sistema, ou seja, as contradições do sistema capitalista. Mészáros (2002) sinaliza as suas principais características: ser uma crise global, rastejante e se configurar como uma crise civilizatória. E, levando em consideração tais características, Pereira (2013) analisa a crise atual como sistêmica e estrutural, defendendo que não se trata apenas de uma questão financeira, passível de recuperação, mas trata-se de um processo que pode resultar nas seguintes situações: “a derrocada do próprio capitalismo ou a barbárie, traduzida em ainda

maior superexploração do trabalho e rebaixamento ou anulação da proteção social pública” (PEREIRA, 2013, p.15).

Cabe destacar que o capitalismo exerce formas diversas de dominação tendo como base a exploração da força de trabalho e, ao longo do tempo, se reorganiza e se apresenta de diferentes maneiras, tais como o modelo do fordismo nos séculos XIX e XX e do toyotismo, nos meados do século XX. Ambos os modelos representaram novos processos de reestruturação produtiva.

Em relação a estes processos, Antunes (2011) destaca que o processo produtivo do fordismo se caracteriza pela produção em massa e em série, além da divisão do processo de trabalho em elaboração e execução. Já o modelo do toyotismo tem a produção conduzida pela demanda, trazendo maior flexibilidade aos processos de trabalho, se revelando mais alinhado ao projeto neoliberal, pois segue a lógica do mercado e da produtividade. As transformações advindas do modelo do toyotismo resultaram em mudanças significativas para a classe operária, tais como o aumento da terceirização e o enfraquecimento dos sindicatos. O avanço das tecnologias possibilitou o desenvolvimento de novas relações de produção e de processos de trabalho, ocasionando perda dos direitos trabalhistas:

Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção (ANTUNES, 2011, p. 24).

Para Antunes (2011), fica evidente que, a partir da década de 1980, as reconfigurações do mundo do trabalho atingem diretamente as representações políticas e sindicais dos trabalhadores, principalmente nos países capitalistas. No Brasil, nos últimos anos da década de 1980 e na década seguinte nota-se o avanço do neoliberalismo, com o aumento da presença do capital estrangeiro.

Em relação a isso, Behring (2008) aponta as transformações ocorridas na década de 1990 e afirma que, sem alteração significativa na estrutura da desigualdade social, as transformações na estrutura da economia brasileira resultantes das amplas privatizações do setor produtivo estatal tiveram como efeito a flexibilização e a desregulamentação dos direitos do trabalho – desencadeando altas taxas de desemprego e variadas formas de precarização do trabalho, tais como o subemprego e a terceirização.

Para Antunes (2018), o país passa por uma nova transição do capitalismo, ainda mais agressiva no que se refere à destruição dos direitos dos trabalhadores brasileiros. Como parte deste processo, observa-se a deslegitimação dos sindicatos de classe e outros veículos de reivindicação criados por trabalhadores. Ele afirma que os sindicatos vêm adotando uma postura defensiva se distanciando do sindicalismo e dos movimentos sociais. Para ele, os movimentos sociais estão mais conectados com as demandas da classe trabalhadora, mas tem dificuldade de se manter ao longo do tempo. E no que se refere aos sindicatos, critica:

Os sindicatos, mais próximos dos interesses imediatos da classe trabalhadora, embora imprescindíveis por vezes se perdem em seu imediatismo em suas batalhas cotidianas quando não em seu burocratismo, sem compreender bem a totalidade e o sentido de pertencimento de classe ampliado (e não corporativo) que deve plasmar as suas ações. Isso quando não sofrem disputas políticas que encontram o desinteresse e o distanciamento real de suas bases. (ANTUNES, 2018, p. 243).

Em relação a isso, Ruy Braga (2014) afirma que os sindicatos estão enfrentando uma série de dificuldades na contemporaneidade e destaca que o fosso entre trabalhadores estáveis e os trabalhadores precarizados ocasiona a segmentação no interior da própria classe trabalhadora e acaba por enfraquecer o movimento sindical. O autor acrescenta ainda que a dificuldade dos sindicatos em aglutinar trabalhadores terceirizados ao movimento tem como efeito a redução da consciência de classe baseada no sentimento de pertença. O que nos leva a pensar na necessidade de desenvolvimento de instrumentos que possibilitem a coesão social e a geração de identidades, visando à transformação social.

Após a crise financeira de 2008 que balançou a economia global e causou um enorme período de recessão em escala mundial, a intensificação da precarização laboral teve como principal característica o aumento da informalidade e o alijamento de direitos. Neste ponto, torna-se necessário realizar um contraponto sobre a questão, evidenciando que, mesmo na vigência de uma crise, é possível verificar a existência de possibilidades e de estratégias de resistência. Braga (2014), ao analisar os efeitos da crise da globalização nas classes subalternas observa que seus efeitos são contraditórios. A crise apresenta como tendência a ampliação do precariado – proletário precarizado, excluído do mercado formal de trabalho e tem como característica a inserção laboral em condições degradantes, transitando entre

a formalidade e a informalidade e com acesso frágil aos direitos trabalhistas – e a perda de negociação da classe trabalhadora. Em contrapartida, o cenário de destituição de direitos também possibilita a aproximação das classes, favorecendo o surgimento de um proletariado global. Sendo assim, apesar do cenário desfavorável de alijamento de direitos trabalhistas, observam-se possibilidades de resistência.

A partir de 2016, há uma nova onda de precarização do trabalho apoiada no discurso do empreendedorismo e na defesa da flexibilidade e liberdade, no intuito de descaracterizar a relação trabalhista. Esta lógica teve apoio governamental e logo se oficializou com a aprovação da reforma trabalhista. Após o golpe parlamentar que retirou a presidenta Dilma Rousseff (2015-2016) do poder, assistimos a dinâmica de contrarreformas aprofundadas no Governo de Michel Temer (2016- 2018):

Tudo isso para que o governo golpista siga à risca a pauta que lhe foi imposta uma vez que os capitais exigem, nesse momento de profunda crise, que se realize a demolição completa dos direitos do trabalho no Brasil. Dado que essa programática não consegue ter respaldo eleitoral o golpe foi o seu truque (...). Iniciou-se, então, uma nova fase da contrarrevolução preventiva agora de tipo ultraneoliberal e em fase ainda mais agressiva (grifo do autor). (ANTUNES, 2018, p. 269).

E, neste sentido, o governo conservador do presidente Jair Bolsonaro (2019-atual) vem dando continuidade ao projeto do governo anterior, especialmente no que se refere às contrarreformas. Em relação a isso, Behring (2008) destaca a natureza destrutiva e regressiva dos processos em curso, visto que o governo atual vem promovendo a devastação completa da classe trabalhadora, com o fim das conciliações e o favorecimento dos grandes empresários. Contribuindo para a análise, Pereira (2013) afirma que enquanto os grandes especuladores foram protegidos da falência pelo governo, os trabalhadores tiveram redução significativa de salário e de rendas e foram atingidos pela precarização ou extinção de seus postos de trabalho, com impacto nas condições de vida e de cidadania.

Silveira (2017) argumenta que a racionalidade da lógica do mercado demanda um Estado que apresente, por um lado, a sua face punitiva no que se refere à população em situação de pobreza e a qualquer forma de insurgência que coloque em risco a dominação institucionalizada. E, por outro lado, a sua face gerencial no que tange a conformação dos interesses do capital. Sendo assim, podemos pensar que o Estado apresenta respostas que priorizam a conservação

das relações sociais, principalmente, mediante as lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho. Trata-se, portanto, de um processo de desigualdades e também de resistência diante das expropriações, violências e aviltamentos vivenciados pela classe trabalhadora. Precisamos considerar que é no contexto deste Estado capitalista que as transformações no mundo do trabalho ganham forma.

Neste íterim, Braga (2014) destaca a capacidade de ação e de mobilização das classes subalternas. Pensando nesta questão, citamos o movimento denominado como “Entregadores Antifascistas”, composto por trabalhadores precarizados que atuam no ramo de entregas através de aplicativos de telefone móvel. Apesar das empresas contratantes (as grandes plataformas) denominarem estes trabalhadores de empreendedores e/ou de colaboradores, analisamos que o discurso do empreendedorismo e de cooperação através da disseminação do ideal de flexibilidade e liberdade encobrem a finalidade destas empresas de descaracterizarem a relação trabalhista e, conseqüentemente, destituírem direitos dos trabalhadores. A precarização laboral vem apoiada no aumento da informalidade, no alijamento de direitos e no maior controle sobre a execução e o processo de trabalho, visto que as plataformas têm uma enorme capacidade de controle dos corpos produtivos dos trabalhadores – o que nos remete aos mecanismos de poder descritos por Michel Foucault (2008), discussão que desenvolvemos adiante.

Neste sentido, o movimento dos entregadores antifascistas luta por direitos resultantes da relação trabalhista, o que lhes é negado em virtude do discurso do empreendedorismo no âmbito do capitalismo de plataforma. Todavia, recentemente, estes trabalhadores precarizados vêm realizando paralisações, inclusive em âmbito nacional, alcançando uma visibilidade significativa das suas reivindicações. No âmbito internacional já observamos conquistas de alguns direitos trabalhistas, a exemplo da Espanha, considerado o país pioneiro na regulamentação da proteção social deste coletivo de trabalhadores (ALMEIDA e BARROS, 2021).

Assim como Braga, consideramos de suma importância – sem abandonar as formas tradicionais de organização – pensar na necessidade de criação de novas estratégias de resistência. E, neste sentido, desenvolvemos o conceito de

resistência a partir do estudo das relações de poder, ancorada nos filósofos Michel Foucault e Gilles Deleuze.

Foucault (1979), em *Microfísica do Poder*, nos auxilia a pensar em alternativas de resistência para além da oposição ao sistema capitalista, nos desafiando a uma prática de resistência criativa. O autor afirma que grande parte das ações dos sindicatos e dos movimentos de trabalhadores se dá na perspectiva de uma reação e que determinadas narrativas remetem a uma dimensão reativa – e não criativa – dos movimentos.

Para Foucault, os movimentos sociais tendem a se distanciar da perspectiva de criação, travando lutas identitárias no interior do dispositivo (neste caso, o capitalismo), contudo, sem questionar o próprio dispositivo que produz as diferentes classes, tanto a classe trabalhadora quanto a classe dominante. Em relação a isso, Jô Gondar (2003) afirma:

Evidentemente, não existem fórmulas de resistir, e as alternativas só poderão ser encontradas na prática, no próprio seio dos movimentos de assujeitamento. Aqui podemos retornar a Foucault e a sua proposta de resistir não por oposição, mas pela capacidade de dobrar a própria força que assujeita produzindo novas maneiras de viver (GONDAR, 2003, p.40).

Para melhor compreensão do pensamento do autor e da noção de resistência, apresentamos de maneira breve as concepções de sociedade disciplinar e sociedade de controle. A sociedade disciplinar emerge da necessidade de uma autovigilância constante dos indivíduos em situação de confinamento. Assim, o panóptico se configura como modelo ideal para que se exerça a vigilância, à medida que os indivíduos confinados presumem a existência permanente de um vigia no alto da torre. Na expectativa de estarem sendo constantemente vigiados, os indivíduos se comportam de maneira a evitar uma possível punição. Eis o mecanismo pelo qual opera o poder disciplinar (FOUCAULT, 2008).

As instituições de confinamento são dispositivos que conjugam estratégias de saber e de poder com o objetivo de criar identidades estáveis. E considerando que a disciplina é histórica, conforme afirmação de Foucault (1979), em algum momento, entraria em crise. Assim, ao mesmo tempo em que os dispositivos disciplinares ainda vigoram, outros dispositivos surgem, contudo, sem utilizar a estratégia do confinamento.

Com a crise das instituições de confinamento surgem novas forças que caracterizam a sociedade de controle. Aqui, o poder não está limitado a espaços fechados, ele se exerce ao ar livre e os indivíduos se sentem livres por não estarem confinados. Na sociedade de controle não se pretende criar identidades estáveis, mas modular os movimentos (DELEUZE, 1992). Neste sentido, Gondar (2003) afirma que:

A passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle traz mudanças nas formas de assujeitamento e de produção de subjetividade. Nesse caso, precisariam ser criadas outras modalidades de resistência - o que implica dizer que não podemos pensar a memória da mesma maneira (GONDAR, 2003, p. 35).

311

Cabe ressaltar que Foucault considera o poder como exercício e não como propriedade. O poder não é propriedade de classe e nem do Estado. Não há indivíduos detentores e não detentores do poder, tendo em vista que o poder é relacional e circula tanto pelo dominador como pelo dominado. Assim, uma possibilidade de resistência colocada por Foucault seria agir “fora” do poder. Para melhor compreensão desta questão, mais uma vez, parafraseamos Gondar (2003):

Na verdade, não existe território no qual as relações de poder estejam ausentes. Contudo, os processos de subjetivação ou criação de si põem em jogo um movimento sinuoso que não se reduz ao assujeitamento, nem tampouco à simples reação de oposição. Nesses processos, tomam-se as forças que alimentam as relações de sujeição de modo a vergá-las ou dobrá-las sobre si mesmas. Em outros termos: ao invés de se enfrentar o inimigo opondo-se uma força à dele, se dobra a própria força que assujeita para constituir uma resistência, criando algo novo, para além de qualquer assujeitamento (GONDAR, 2003, p. 35).

Destacamos que cada sociedade possui estratégias de dominação e não nos cabe comparação entre uma e outra, mas apenas apontar as suas características e modos de subjetivação peculiar. No que se refere especificamente aos movimentos classistas de trabalhadores, Deleuze (1992) defende que a luta contra o dispositivo não é necessariamente a instauração de uma prática libertária, já que a luta pode resultar na emergência de outra estratégia de controle. Neste sentido, aponta o desafio à atividade dos sindicatos: “ligados, por toda a sua história, à luta contra disciplinas ou nos meios de confinamento, conseguirão adaptar-se ou cederão o lugar a novas formas de resistência contra as sociedades de controle?” (DELEUZE, 1992, p. 225).

Deleuze quer construir uma ética da diferença, na tentativa de romper com a lógica identitária e com o padrão normativo. E isso requer a criação de linhas de fuga que apontem para a dimensão criativa e revolucionária dos movimentos. Para ele, as linhas de fuga são agenciamentos do desejo que se assemelham aos movimentos de desterritorialização, se configurando como linhas objetivas que atravessam uma sociedade: “As linhas de fuga não são forçosamente ‘revolucionárias’, podendo ocorrer o contrário disso, mas são elas que os dispositivos de poder vão colmatar, vão atar” (DELEUZE, 1993, p. 132). E, por esta característica, as linhas de fuga são consideradas como linhas de resistência.

Ressaltamos que as mudanças no mundo do trabalho exigem dos trabalhadores e das organizações sindicais o estabelecimento de novas estratégias de luta. Em *Microfísica do Poder*, Foucault (1979), nos dá pistas de que as micropolíticas e os pequenos gestos do cotidiano podem fazer a diferença, no sentido de alterar a configuração das forças nas relações de poder.

Diante do exposto, na próxima seção, apresentamos a memória de trabalhadores como memórias subterrâneas – à medida que tendem a ser silenciadas no cenário contemporâneo de reconfigurações do mundo do trabalho na sociedade capitalista. Argumentamos que a preservação da memória de trabalhadores através dos espaços de preservação e lugares de memória pode ser entendida como resistência as diversas formas de silenciamento as quais a classe trabalhadora vem sendo submetida.

### **Memórias de Trabalhadores: memória política e lugares de memória**

Como falamos anteriormente, nesta seção, temos como finalidade a reflexão acerca das memórias de trabalhadores sob a ótica da memória política – um viés do campo da memória social.

Alguns autores marcam a criação da memória social na obra *Quadros Sociais da Memória* de Maurice Halbwachs (1994), onde o sociólogo define a memória como um fenômeno social. O autor defendia que a memória se constitui pela oposição entre lembrança e esquecimento, servindo à manutenção dos valores de um grupo. Contudo, outras concepções ganham destaque e, a partir dos anos 1990, a memória se configura como um campo transdisciplinar, à medida que surge como resultante do atravessamento de diferentes narrativas e disciplinas.

De acordo com Michel Pollak (1989) os estudos contemporâneos de memória envolvem o conflito entre memórias concorrentes, trazendo a tona processos e atores que, de alguma forma, participam do trabalho de constituição e de formalização das memórias. Em relação às memórias dos trabalhadores problematizamos que esta pode ser considerada parte integrante de culturas minoritárias e dominadas (que tendem a ser silenciadas) e provavelmente, se opõem a uma possível memória oficial.

Nesta perspectiva, Rossi (2010) afirma que a história do século XX está repleta de censuras, apagamentos, silenciamentos e ocultações – operações de esquecimento que se configuram como formas de assassinato da memória com a intenção de violar e de distorcer o que determinada memória conserva.

Neste sentido destaca que, em contrapartida à necessidade de memória, também há casos em que há motivações para se induzir ao esquecimento. Assim, mais do que promover o esquecimento do passado, pretende-se ainda realizar uma construção artificial de um passado não conflituoso. Em geral, dá-se uma construção conveniente a quem está no poder, evidenciando o uso político da memória e do esquecimento. Em geral, este tipo de operação é realizada pelo Estado, tal como observamos no silenciamento das reivindicações dos direitos dos trabalhadores.

Outro exemplo contemporâneo diz respeito à pandemia da Covid-19 e seus efeitos. Há uma disputa de narrativas onde, por um lado, o governo negacionista associa a doença ‘a uma gripezinha’ desqualificando o discurso científico acerca da letalidade da doença e das orientações das autoridades sanitárias (nacionais e mundiais, a exemplo da Organização Mundial de Saúde) e da necessidade de medidas que envolvem distanciamento social e imunização em massa para salvar vidas. Neste ponto, fica a dúvida de qual será a memória dominante deste momento do cenário nacional contemporâneo: se a memória de um governo negacionista e genocida ou se a memória traumática dos milhares de sujeitos que perderam entes queridos, vítimas do novo coronavírus. Aqui argumentamos que há uma tentativa de apagamento, conforme o raciocínio de Rossi (2010):

O “apagar” não tem a ver só com a possibilidade de rever, com a transitoriedade, o crescimento, a inserção de verdades parciais em teorias mais articuladas e mais amplas. Apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade (ROSSI, 2010, p. 32).

A partir do exemplo acima, destacamos que a memória não é algo consensual, uma vez que as disputas do campo político incidem com toda a sua força sobre a memória. No que se refere às memórias de trabalhadores, ressaltamos que movimentos sociais e órgãos representativos da classe trabalhadora se articulam fazendo emergir novas forças e novos agenciamentos em oposição à tentativa de silenciamento da classe trabalhadora. Em outras palavras, disputam as narrativas, trazendo para o centro do debate as memórias subterrâneas que possibilitam outros enquadramentos de memória.

Neste sentido, Brito e Faceira (2019) afirmam que o acirramento da luta de classes no cenário contemporâneo traz impactos para o estudo da memória de trabalhadores, considerando a tendência destas memórias se tornarem subterrâneas à memória oficial do Estado. As autoras refletem sobre o processo de silenciamento da classe trabalhadora, apesar das lutas e resistências da classe trabalhadora (quer seja através dos sindicatos, conselhos profissionais ou partidos políticos) citando a aprovação da reforma trabalhista e da previdência que promove o alijamento de direitos.

A discussão do silenciamento da classe trabalhadora nos remete à questão da memória política e ao debate acerca dos processos de lembrança e de esquecimento, considerando que todo poder político tem a pretensão de exercer controle sobre a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido:

Para que uma memória se configure e se delimite, coloca-se, antes de mais nada, o problema da seleção ou da escolha: a cada vez que escolhemos transformar determinadas ideias, percepções ou acontecimentos em lembranças, relegamos muitos outros ao esquecimento. Isso faz da memória o resultado de uma relação complexa e paradoxal entre processos de lembrar e de esquecer, que deixam de ser vistos como polaridades opostas e passam a integrar um vínculo de coexistência paradoxal. (GONDAR, 2016, p. 29).

Neste sentido, temos acordo com outros autores que afirmam que, no campo da memória política, lembrança e esquecimento não se configuram como oposições absolutas. E isto porque a memória está em processo de permanente reconstrução, se configurando como o resultado da relação complexa e paradoxal entre os processos de lembrar e esquecer: “A memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento” (GONDAR, 2016, p. 19).

Em relação a isso, Elizabeth Jelin (2002) defende que a memória se modifica ao longo do tempo, sendo passível de ressignificação. Seguindo esta linha de raciocínio, a autora argumenta que as políticas de esquecimento são tentativas de ressignificar o passado. Para facilitar a compreensão dos processos da memória, Jelin (2002) classifica estes processos e apresenta a distinção entre processos ativos e passivos da memória. Enquanto os processos passivos da memória estariam relacionados à esfera da acomodação (a exemplo dos arquivos e dos monumentos), os processos ativos seriam aqueles passíveis de elaboração e de transformação, associados à esfera da resistência.

Neste sentido, a memória política se configura como um processo ativo da memória, ao se relacionar à ação de indivíduos e grupos que trazem determinadas narrativas sobre a violência política na esfera pública, a fim de provocar novos enquadramentos de memória. Em função desta característica, Javier Lifschitz (2016) afirma que a memória política se configura como um tipo de ação estratégica, pois:

A memória política busca intervir no mundo social, confrontando a realidade jurídica, cultural e política, porque se trata de narrativas e práticas que somente adquirem potência quando ingressam na esfera pública. É a partir daí que buscam exercer influência e confrontar, porque o destinatário de sua mensagem é sempre o poder (LIFSCHITZ 2016, p. 72).

Em relação a isso, Gondar (2003) defende que as lembranças e esquecimentos que tecem a memória não são apenas selecionados ou gerenciados pelo poder, mas, principalmente, são por ele fabricados. E, então, a construção da resistência à memória oficial deve ser iniciada a partir da desconstrução de uma suposta neutralidade que acabam por impor valores que interessavam apenas a um determinado grupo, quer seja, da cultura dominante. Considerando o uso político da memória e do esquecimento, nos dispomos a refletir sobre os lugares de memória, espaços de recordação e o interesse acerca da preservação da memória dos trabalhadores.

Para a compreensão acerca dos espaços de recordação, Aleida Assmann (2011) desenvolve a noção de arquivo. A autora conceitua o arquivo como sistemas de registro que desempenha as funções de conservação, seleção e acessibilidade. Ela entende o arquivo como algo abstrato e genérico e apresenta duas perspectivas complementares. A primeira compreende o arquivo como o repositório do passado, enquanto a segunda o define como um lugar de construção do passado, que se dá

por meios de políticas de lembrança e de esquecimento. Neste sentido, os espaços de recordação seriam estes locais nos quais as recordações são construídas e conservadas, considerando que interesses políticos e sociais estão envolvidos na questão da conservação da memória.

Cabe destacar que no processo de conservação, os restos se transformam em patrimônios, em arquivos. Para preservar os registros em suas diversas formas de materialização é necessário possibilitar o acesso aos restos conservados e patrimonializados, levando à criação das chamadas instituições de memória, a exemplo das bibliotecas, memoriais e museus. A título de ilustração, citamos o Museu do Trabalho em Porto Alegre, cujo acervo constituído por máquinas, instrumentos de trabalho, fotografias e outros materiais retratam a evolução das atividades produtivas no Rio Grande do Sul. O museu, fundado no ano de 1982, vem enfrentando dificuldades para a sua manutenção por falta de recursos financeiros, o que nos leva a pensar nos motivos do interesse (ou desinteresse) do Estado na preservação de determinadas memórias e na destruição de outras. Especificamente no que diz respeito às memórias dos trabalhadores, a partir do exemplo citado, podemos problematizar que não há interesse por parte do Estado na preservação destas memórias. E que essa ausência de investimento pode estar relacionada ao desinteresse no fortalecimento da identidade de trabalhadores e na aposta destes como agentes de transformação social.

Neste ponto, ressaltamos a definição dos lugares de memória de Pierre Nora: “os lugares da memória são, antes de tudo, restos” (NORA, 1993, p. 13). O autor concebe o tempo como degradação e apresenta um discurso de perda, no qual lamenta o esfacelamento da identidade nacional e comunitária. Além disso, critica a ausência da memória como experiência e a consequente transformação da memória em história. O autor pondera que os lugares de memória seriam, então, uma tentativa de compensar o que foi destruído pela ação do tempo e, portanto, se configuram como “uma estratégia criada pelas sociedades contemporâneas para o problema da perda das identidades dos grupos sociais” (NORA, 1993, p. 7). Neste sentido, um lugar de memória pode compreender um objeto material e concreto ou um objeto abstrato e intelectual, desde que apresente uma unidade significativa, um conteúdo simbólico.

Para melhor compreensão dos lugares de memória mencionamos algumas iniciativas que se utilizam das tecnologias de informação, tais como sites, blogs e redes sociais para conservar e compartilhar conteúdos referentes às memórias de trabalho e de trabalhadores. Inicialmente, referimos o trabalho do Laboratório de Estudos de História do Mundo do Trabalho (LEHMT) que reúne professores e estudantes do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de outras universidades interessados nos debates e pesquisas relacionadas à história social do trabalho e dos movimentos sociais em perspectiva interdisciplinar. Em princípio, o LEHMT esteve sediado na Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) onde desenvolveu suas atividades entre 2012 e 2017 e, no ano de 2018, transferiu-se em 2018 para o Instituto de História da UFRJ. No site do LEHMT, a seção denominada de “Lugares de Memória dos Trabalhadores” realiza publicações semanais (que também são compartilhadas nas redes sociais do Laboratório) que revelam a diversidade dos lugares de memória dos trabalhadores brasileiros, fazendo jus à heterogeneidade da classe trabalhadora. As publicações utilizam o texto escrito acompanhado de imagens, favorecendo o envolvimento do leitor e, até mesmo, a sua identificação com o conteúdo exposto.

Citamos também o projeto do grupo de trabalho e pesquisa do Banco de Imagens e Efeitos Visuais/BIEV, do departamento de Antropologia Social no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul intitulado de Memórias do Trabalho que tem como finalidade a promoção de reflexões sobre as características do poder capitalista que vigora em indivíduos e coletividades. Para tal, o grupo de trabalho construiu uma plataforma virtual com o objetivo de criar um banco de conhecimento diversificado sobre memórias do mundo do trabalho, concentrando produções acadêmicas e literárias, além de documentos textuais e audiovisuais de acesso público e gratuito.

Na mesma linha, o Memorial do Trabalho e do Trabalhador pretende fomentar a pesquisa, promover e compartilhar o conhecimento sobre a história do trabalho e dos trabalhadores junto a diferentes públicos, além de contribuir com museus, arquivos, instituições e centros de estudos sobre a história e memória do trabalho. O memorial é de iniciativa do governo federal e tem como patrocinadores a Petrobrás e a Vale. De acordo com o exposto no site, no que diz respeito à missão e

valores do projeto, o museu virtual foi pensado como um espaço de reflexão crítica sobre o passado e o presente dos trabalhadores da região do ABC, especificamente da cidade de São Bernardo do Campo. Os fundadores consideram o projeto de extrema relevância por entenderem que a cidade de São Bernardo do Campo é significativa na história do trabalho e dos trabalhadores de todo o país, tendo em vista as lutas sociais travadas pelos trabalhadores da região. Como exemplo, citamos as famosas greves do ABC paulista, no final da década de 1970 e início da década de 80, fundamentais para o processo de redemocratização do país, com repercussões na vida social e política brasileira até os dias de hoje.

Aqui, destacamos a importância dessas iniciativas por identificarem, através da memória, as lutas e conquistas da classe trabalhadora que possibilitaram transformações sociais em determinado contexto. Essas memórias individuais e coletivas trazem a baila conquistas importantes para a defesa atual de direitos dos trabalhadores, favorecendo a formação de identidades sociais e inspirando as gerações futuras de trabalhadores, conforme nos sinaliza Le Goff (1990): “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1990, p. 441).

Meneses (2009) no texto *Cultura política e lugares de memória* traz a dimensão política do funcionamento da memória e faz uma crítica a preocupação excessiva com o passado. Para o autor: “Não se trata de buscar testemunhos do passado, nem mesmo de continuidade cultural, mas de identificar material capaz de assegurar a inteligibilidade do passado, num determinado contexto cultural do presente. O passado, portanto, é ativamente construído” (MENESES, 2009, p. 447).

Meneses (2009) nos chama atenção ainda para a possibilidade de comercialização dos lugares de memória tendo em vista que, em algumas circunstâncias, estes lugares podem ser tomados pela compreensão de serem locais físicos que devem ser visitados, à medida que guardam lembranças do passado:

Tudo isso faz crer que a memória dos novos lugares de memória não pode ser considerada vicária, mas de direito próprio. Por fim, note-se que novos horizontes aqui não contemplados estão se formando, nos quais a atuação de uma memória como experiência subjetiva e revitalizante voluntária e involuntária tem fecundidade suficiente para

gerar lugares de memória que não sejam nostálgicos dos ambientes de memória (MENESES, 2009, p. 461).

Para desenvolver a reflexão sobre as memórias dos trabalhadores apresentamos a discussão de Lopes e Regos (2015) no texto Contribuições dos arquivos sociais sobre o mundo do trabalho no campo e na cidade para o direito à memória e à verdade. As autoras afirmam que os arquivos relacionados ao mundo dos trabalhadores em nosso país nos permitem uma melhor compreensão acerca das opressões as quais os trabalhadores são submetidos. E que a partir disso, possibilitam a elaboração de estratégias para lidar com as questões do mundo do trabalho, fortalecendo a classe trabalhadora, à medida que os arquivos: “caracterizam-se como fontes documentais para a construção e (re) construção da história do trabalho no campo e na cidade, resgate de direitos, valorização e divulgação do patrimônio cultural material e imaterial, e fortalecimento da classe trabalhadora” (LOPES e REGOS, 2015, p. 15).

De maneira tradicional, observamos que grande parte das iniciativas de preservação de memórias se refere aos operários e também aos trabalhadores rurais. Entendemos que isso se dá até mesmo em função da trajetória desses grupos que, historicamente, vem se mobilizando e se destacando na luta por direitos. Contudo, gostaríamos de mencionar a organização dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos diversos âmbitos – nacional, estadual e municipal. Estes trabalhadores, para além da mobilização através de sindicatos e conselhos de categorias também se organizam através dos fóruns de trabalhadores do SUAS que são constituídos por trabalhadores de todos os níveis de escolaridade que atuam na Política de Assistência Social.

Assim como outros movimentos sociais, o conjunto destes trabalhadores também vem apresentando a demanda por memória e tem se utilizado das redes sociais para divulgar as suas pautas e convidar outros trabalhadores para se somar as lutas em defesa do SUAS e de seus trabalhadores. A título de ilustração, citamos o site do Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS de Itaguaí (RJ) onde encontramos um conjunto de postagens intituladas como “Memórias e Histórias do FMTSUAS de Itaguaí” que referem uma série de acontecimentos significativos do movimento de trabalhadores, incluindo a reativação do fórum a partir de uma greve histórica no município. A partir disso, analisamos a importância da preservação da memória dessas lutas para o coletivo dos trabalhadores, já que: “A história dos trabalhadores ou dos dominados, ela nunca é a grande história, não vai ser proclamada aos ventos” (LOPES, 2016. p. 27). Em outras palavras, se aqueles que representam as culturas minoritárias não investirem na preservação dessas memórias, elas tendem a ser silenciadas. Por esta razão, os lugares de memória

exercem um papel fundamental na medida em que guardam e, ao mesmo tempo, compartilham e disseminam as memórias de lutas que possibilitaram (e possibilitam) transformações na sociedade:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1990, p.410).

Assim, as memórias dos trabalhadores contam as histórias de um determinado grupo, suas lutas sociais favorecendo a construção de identidades sociais e inspirando outros indivíduos e grupos a contribuírem para processos de transformação social, dando impulso a novas lutas e conquistas. Neste sentido, os fóruns de trabalhadores se configuram como espaços de compartilhamento, de reflexão e de transformação. Ademais, como pondera Lopes (2016), temos que atentar para as micro-resistências que se passam no interior dos movimentos sociais “(...) e estudar as formas de resistência invisíveis, que não são propriamente um movimento maior, são formas de resistência feitas na medida do possível” (LOPES, 2016, p. 20/21).

### Considerações Finais

A partir do estudo realizado, analisamos que as reconfigurações do mundo do trabalho no seio da sociedade capitalista trazem impactos para as organizações de reivindicação de direitos dos trabalhadores no contexto global. Em âmbito nacional, observamos o avanço de forças do conservadorismo e do neoliberalismo que vêm agudizando o cenário contemporâneo de precarização do trabalho e de alijamento de direitos trabalhistas. A partir disso, destacamos as possibilidades de rebeldia social e de novas estratégias de resistência diante do cenário de crise do trabalho.

Seguindo a conceituação de Deleuze, seria necessário traçar linhas de fuga revolucionárias, reforçando a dimensão criativa dos movimentos e questionando não apenas as relações de poder, mas os dispositivos nos quais se operam tais relações. Assim como Foucault e Deleuze, partimos do pressuposto de que tanto a classe trabalhadora quanto a classe dominante são produzidas no dispositivo do capitalismo. E, portanto, uma luta contra o dispositivo não é necessariamente a instauração de uma prática libertadora.

Os movimentos sindicais, de maneira geral, assumem uma perspectiva de tomada de poder e não de combate ao poder, mantendo a lógica da dominação. Foucault nos aponta como possibilidade a desconstrução da compreensão de resistência como oposição, pensando a resistência como criação. Para ele, a resistência existe para minar os exercícios de poder, ressaltando a importância das microfísicas para a mudança social. Já na concepção de Deleuze, a estratégia seria traçarmos “linhas de fuga” revolucionárias e desvios da lógica capitalista. O desafio está colocado, então, para as gerações atuais e futuras de trabalhadores.

Ressaltamos a importância do campo da memória política para o estudo sobre a memória de trabalhadores, bem como para os lugares de memória. Cabe destacar a concepção de memória como produção de poder, destinada à manutenção dos valores de um grupo, mas que também pode contribuir ao processo de transformação social. No que tange as memórias de trabalhadores, argumentamos que, apesar do Estado não investir na preservação destas memórias, podemos observar iniciativas institucionais e de movimentos sociais – citadas ao longo do texto – que tem como finalidade a preservação e a divulgação destas memórias subterrâneas com o intuito de favorecer a formação de identidades sociais e estimular novas lutas e conquistas por parte da classe trabalhadora no âmbito da sociedade capitalista.

Neste sentido, ponderamos que tanto museus, arquivos e memoriais quanto os espaços coletivos de organização de trabalhadores se constituem como espaços de recordação e, principalmente, como lugares de memória. Apostamos que estes lugares de memórias de trabalhadores se configuram como parte das micropolíticas, nos termos de Foucault (1979) e como as resistências possíveis ou micro-resistências, conforme definido por Lopes (2016). Ademais, possibilitam novos enquadramentos de memória e a transformação do presente através da ressignificação do passado. Parafraseando Gondar (2003), concluímos:

Assim, mais do que garantir a preservação do que passou, a memória pode ser uma aposta no porvir (...) expandindo os espaços onde a liberdade inventa o que virá. Dessa maneira, a memória – ou, talvez fosse melhor dizer as memórias – como superfícies pulsantes, capazes de reverter o poder em potência, tornam-se ferramentas necessárias para construir futuros diferenciados num espaço global (GONDAR, 2003, p. 42).

Artigo recebido em 05 de abril de 2021.

Aprovado para publicação em 21 de junho de 2021.

## Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ASSMAN, A. *Armazenadores*. In: \_\_\_\_\_. *Espaços da Recordação*. Campinas: EdUNICAMP, p. 367-435, 2011.

BEHRING, Elaine. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAGA, R. *Precariado e Sindicalismo no Sul Global*. Revista Outubro, 22, 2º semestre de 2014.

BRITO, V.; FACEIRA, L. *A memória dos trabalhadores em tempos de crise do trabalho: ainda há espaços de recordação?* Revista Trivium. Pitanga: UCP, v. 6, n. 3, p. 238-254, jul./dez 2019.

DELEUZE, G. *Post scriptum sobre as sociedades de controle*. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. *Desejo e Prazer*. In: PELBART, Peter; ROLNIK, Suely (orgs.). *Cadernos de Subjetividade*, v.1, n.1. São Paulo: PUC-SP, 1993.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GONDAR, J. *Memória, poder e resistência*. In: GONDAR, J; BARRENECHEA, M (orgs). *Memória e espaço: trilhas do contemporâneo*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

GONDAR, J. *Cinco Proposições sobre Memória Social*. Morpheus, n. 9, v. 15, p. 19-40, 2016.

HALBWACHS, M. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, p. 273-296, 1994.

JELIN, E. *De qué hablamos cuando hablamos de memorias?* In: \_\_\_\_\_. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, p. 17-37, 2002.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

LIFSCHITZ, J. *Em torno da memória política*. *Morpheus*. N. 9, v. 15, p. 67-82, 2016.

LOPES, C; REGOS, T. *Contribuições dos arquivos sociais sobre o mundo do trabalho no campo e na cidade para o direito à memória e à verdade*. In: \_\_\_\_\_. Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.

LOPES, José Sérgio Leite. *Memória e Transformação Social*. Rio de Janeiro/São Luís: Casa 8, 2016.

MANDEL, Ernest. *A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio, 1990.

MENESES, U. *Cultura política e lugares de memória*. In: AZEVEDO, C; et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, 1993.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. *Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista*. In: COSTA, L. C., NOGUEIRA, V. M. R., and SILVA, V. R., orgs. *A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.

POLLAK, M. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*, vol.2, nº. 3. Rio de Janeiro, 1989.

ROSSI, P. *Lembrar e esquecer*. In: \_\_\_\_\_. *O passado, a memória, o esquecimento*. São Paulo: EdUNESP, p. 15-38, 2010.